

COMO ANDA A EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO

Talvez eu pudesse dizer às pessoas que vão nos ler que não é só a Educação em São Paulo, mas que a Educação no Brasil vai muito mal.

Ao dizer isso, é claro que se encontram diferentes áreas em que se têm importantes pontos positivos. Não sou por uma generalização que, no fundo, seria ingênua. Nos diferentes graus de Educação, se encontram, tanto no campo da Escola privada, quanto na Escola pública, muita coisa boa. Mas, em tese, a Educação no Brasil anda mal.

Vale fazer uma reflexão mais ampla e geral em torno da Educação no Brasil, e, fazendo-a, e nos detendo de Norte a Sul do País e olhando a Escola Pública brasileira, vê-se como o Estado Brasileiro vem des-servindo a grande massa da população, como ela está absolutamente precária.

Mas, quando se constata isso, constata-se também que a precariedade é do Sistema que está aí, quer dizer, é das estruturas perversas, malvadas. Há certa perversidade, certa malvadez no sistema sócio-político-econômico-brasileiro que permite fazer uma listagem de coisas absurdas. Quando se pensa no número de crianças que o Brasil tem hoje nas ruas, sem casa, sem teto, sem viver bem, que tem que viver (ou sobreviver), criando e desenvolvendo fingimentos e manhas para escapar à fúria dos adultos, da Polícia... O que se mata por dia neste País é uma coisa absurda.

Se pensarmos nesses dados, vemos que é uma sociedade enferma, deformada e malvada. Podemos, também, pensar em outro dado: no número de meninos e meninas, irmãos nossos, por este País afora que estão proibidos de ir à escola... Eu não uso a expressão que todo mundo emprega "estão fora da escola", porque o "fora da" ameniza um pouco a malvadez do dado estatístico; é como se dissessemos: estão fora porque querem, se quisessem até poderiam estar na escola... mas, não! Eles estão realmente proibidos de ir para a escola! O número de crianças de sete a quatorze anos (para não pensar nas crianças de três a sete anos) que não estão na escola é coisa calamitosa. Se desdobrarmos essa reflexão, descobrimos que, nos centros urbanos brasileiros, por causa do esforço, da organização das classes trabalhadoras, das lutas populares, o Estado, de anos para cá, viu-se obrigado a ampliar a sua capacidade de resposta à demanda social pela escola.

Percebe-se, também, que, por causa disso, uma quantidade "x" de meninos e meninas das áreas populares conseguiu arrebentar a proibição. O Estado, então, respondendo a essa pressão, criou escolas, ampliou o sistema escolar e esses meninos entraram na escola. Mas, o que se observa em seguida? Uma quantidade enorme desses meninos é reprovada sumaria e sistematicamente da 1ª para a 2ª série; a criança é proibida de ficar na escola porque não se alfabetizou por "n" razões que operam conjuntamente.

De um lado, a incompetência das professoras mal-formadas. As escolas de formação de professores, no Brasil, estão profundamente atrasadas em termos de ciência, de pedagogia, de clareza política. As meninas saem de lá sem terem aprendido, exatamente, o mistério do ato de alfabetizar. O que

é a linguagem? Quais as raízes mais profundas que a linguagem tem? O que significa alfabetizar? O que é ler? O que é escrever?

Junto a esse dado, a ignorância científica, está o preconceito de classe que a professora tem. O aspecto ideológico está aí. Uma ideologia autoritária, discriminadora do menino popular, do corpo do menino popular, do cheiro do seu corpo. O menino cheira mal, o menino mora num mocambo, o menino está solto, o menino não é educado, não tem jeito, não tem um bom comportamento. Pior ainda: o menino não sabe nada! Quando, na verdade, sabemos que a criança sabe muita coisa: para saber basta estar vivo. Essa discriminação, ou essa ideologia, que discrimina a classe popular, obviamente, se fundamenta numa superioridade das classes dominantes e seu discurso, sua linguagem, sua sintaxe. A boniteza, a certeza, a exatidão da linguagem está na linguagem da gente. Não quer dizer que não se pode corrigir; eu nunca disse isso. Como pensador, como existente, estou convencido de que o fenômeno vital implica correção e autocorreção permanentemente.

O que ocorre como consequência disso é um enorme número de reprovações. Mas, há aqueles que conseguem escapar, mas que, quando chegam à 6ª série, são reprovados. Essas reprovações terminam por expulsar os meninos e as meninas da escola. Os especialistas chamam isso de evasão, como se os meninos se evadissem porque quisessem.

De um lado a incapacidade que o Sistema tem de atender à demanda social; do outro, excesso de capacidade de classe. No fundo, o fracasso da escola é o êxito de uma concepção retrógrada de classe social porque, evidentemente, uma classe social dominante, hegemônica, lúcida, não poderia satisfazer uma tal malvadez que termina por obstaculizar o próprio processo do País.

Como brasileiro — digo com certa dor —, estamos um pouco longe de ver a Educação no Brasil como uma prioridade, por causa da tradição com o descaso pela escola, pelo público, que é muito forte.

Vamos precisar de um bom número de anos, criando uma nova prática, que é a prática do respeito à seriedade, da relação mais próxima, entre o discurso e a ação.

É preciso ver, também, o outro lado da coisa, ao lado da qualidade da educação. Essa finalidade não pode existir com professores mal pagos e mal-formados e que, na continuidade de sua prática, não se engajam em nenhum processo permanente de formação.

Não gostaria de passar, entretanto, uma imagem pessimista. Ao contrário, eu acho que é possível mudar.

As mudanças têm que ser um ato de vontade, tanto das lideranças governamentais, como das lideranças pedagógicas, com envolvimento do povo. Por isso, eu digo, simbolicamente, que a escola muda é no meio da rua, para simbolizar o encontro dos movimentos de dentro e de fora.

Temos que ter uma escola pública que se comeca a fazer popular à medida que se experimenta no risco democrático de ter voz, ter palavra com

a comunidade educativa. Todos são educadores. É preciso que todas as dimensões que compõem a totalidade da prática pedagógica sejam chamadas para uma real participação, que significa uma voz com relação à própria organização da política educacional que se vive dentro da escola.

Sabemos que a tradição brasileira é uma tradição autoritária. Nós somos uma sociedade muito autoritária: confundimos autoridade com autoritarismo, liberdade com licenciosidade. As vezes, temos, medo de exercer a autoridade para não sermos autoritários e caímos, então, na licenciosidade, que é a negação também da liberdade.

O que nós temos que fazer é usar a autoridade. Sem autoridade a liberdade não se constitui. Tampouco nenhuma liberdade cresce fora de limites. Mas, nenhuma autoridade que estabeleça limites à liberdade pode deixar de estabelecer limites a si também.

Uma das coisas que estamos fazendo relativamente bem hoje, é viver essa relação que é sempre tensa entre autoridade e liberdade.

Uma das coisas mais importantes que nós, educadores, teríamos que fazer era nos meter de corpo e alma nessa briga em favor da liberdade, portanto, em favor do crescimento de uma liberdade crítica, de uma liberdade que, negando o autoritarismo, também negue a licenciosidade.

Paulo Freire, Secretário Municipal da Educação para

M. Estela da C. A. Sant'Anna e Patrícia Bergamaschi, em entrevista exclusiva no dia 9 de março de 1991

Na Sra do Rosário de Fátima



**Ela protege
Nossa Paróquia, Nossa Cidade**